

Questão ambiental e Desenvolvimento Sustentável

SILVA, Maria das Graças e. Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao serviço social, 1.ed.São Paulo: Cortez, 2010,254 p.

Mônica dos Santos Ferreira¹
Renata Maria Coelho²

O livro de Maria das Graças e Silva, lançado em 2010 e prefaciado por Carlos Frederico Loureiro, originado de tese de doutorado, revela que a autora tem uma trajetória de participação no GET – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, coordenado pela professora Ana Elizabete Mota do Departamento de Serviço Social da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, a qual ela também faz parte como professora do departamento de serviço social, com um olhar crítico procura analisar a concepção de desenvolvimento sustentável como mecanismo de enfrentamento da questão ambiental, com destaque para o Brasil e a contribuição para o Serviço Social. O livro está dividido em três capítulos, o que trata do capitalismo e a destrutividade como relação de produção e reprodução da “questão ambiental”, outro sobre as evidências da “questão ambiental” e as principais alternativas adotadas pelo Estado e classes sociais, por fim o terceiro que retrata a (in)sustentabilidade do desenvolvimento sustentável.

No primeiro capítulo a autora expõe sobre o capitalismo e a destrutividade através da produção e reprodução da “questão ambiental”. Ao realizar uma construção histórica do modo de produção capitalista e sua relação com a destruição da natureza em níveis cada vez mais alarmantes, enfatiza que a base da sociedade capitalista é a propriedade privada e a falta de domínio adequado e planejado do uso da natureza leva a consequências

¹ Assistente Social, professora do Curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio – Professor José de Souza Herdy (UNIGRANRIO), Mestre em Serviço Social pela UFRJ. E-mail:<monisantosf@oi.com.br>

² Assistente Social do Instituto Nacional de Cardiologia, professora do Curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio – Professor José de Souza Herdy (UNIGRANRIO), Mestre em Serviço Social pela UFRJ.E-mail:<assrenata@yahoo.com.br>

desastrosas do planeta. Revela que a dinâmica destrutiva do sistema se mantém e se aprofunda no sentido da preservação/conservação de bens naturais e dos investimentos realizados nesta aérea. Segundo a autora *“novas tecnologias, intensificação dos processos de educação ambiental ou mesmo da incorporação de indicadores socioambientais nas atividades mercantis são expressões das iniciativas de integração de fatores econômicos, ambientais e sociais nas estratégias de negócios das empresas.”* Aponta as protoformas em torno da apropriação privada dos recursos da natureza mediada pelo uso da tecnologia e sua transformação em lucro para o capital.

Contraditoriamente é travado um debate com a questão ambiental permeada pelo pensamento ambientalista. A partir de um dialogo com especialistas que produziram um relatório para a ONU no período de 2001 a 2005 em diversos países, aponta algo em comum como a destrutividade ser a tendência do sociometabolismo do capital. Dirige uma atenção especial para a particularidade da *Agenda 21 brasileira*, tendo o Estado e a sociedade civil como protagonistas no estabelecimento de um programa nacional de intervenção na questão ambiental.

Sobre a tendência destrutiva do capital como *“contradição viva”* ao subordinar a produção aos imperativos da acumulação, que se sustenta nos avanços tecnológicos e científicos em busca do aumento da produtividade do capital como busca constante pelo aumento da produtividade do capital, o faz devorador dos recursos humanos e materiais, cada vez mais subutilizados. Define como elemento principal deste modo de produção capitalista o trabalho, cujo traço fundamental é a propriedade privada dos meios de produção e do produto do trabalho social, marca da contradição que atravessa a sociedade capitalista na separação radical entre o produtor e os meios de produção.

A autora cita a obra *“A dialética da natureza”* de Engels (1978) para expor que quanto mais o homem se diferencia dos animais, pelo trabalho, mais expressiva se faz a sua influência sobre o meio ambiente, ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo e a própria natureza em natureza humana. *“Enfatiza o papel do trabalho no processo de constituição do ser social, como condição básica e fundamental de toda a vida humana”*. Cita Marx para expor sobre a ruptura da relação metabólica na qual o homem se

apropriada dos elementos naturais e, após o seu consumo, os devolve à natureza, esta troca de elementos entre sociedade humana e meio ambiente no modo de produção capitalista, revela traços destrutivos da sociedade do capital, o que traz uma unidade entre degradação ambiental e alienação do trabalho. O desenvolvimento intencional da atividade humana transformou a natureza em meio de reprodução material e espiritual como “potência”, desta forma ocorre que entre os homens e suas obras, a relação real entre criador e criatura aparece invertida, onde a criatura passa a dominar o criador (utiliza nesta explicação a obra de Netto e Braz, 2006). *“Faz-se, assim, notória a crescente queima de forças produtivas, através das guerras, da dilapidação social da força de trabalho, da destruição de mercadorias, da degradação da natureza, entre outros”*. Desta forma, persiste a tendência do sociometabolismo do capital a destrutividade porque a produção capitalista, a medida que institui o intenso desenvolvimento das forças produtivas, constrói a sociedade dos descartáveis, ou dos desperdícios institucionalizados num amplo círculo de consumo. *A dinâmica do capital direciona os desenvolvimentos tecnológicos e científicos para a produção de bens de consumo efêmero e de armas de destruição* colocando em risco a reprodução físico-biológica e o conjunto da vida no planeta.

No debate sobre a questão ambiental em curso traz dados dos estudos realizados pelas pesquisas das diversas instituições científicas e agências multilaterais que apontam o esgotamento da natureza em detrimento da expansão mercantil. Nos estudos realizados pela autora distingue, a partir de vertentes interpretativas sobre a questão ambiental, dois grupos: a publicação em 1972, pelo clube de Roma de um relatório de caráter **conservador e inspiração neomalthusiana**, em que o enfrentamento dos problemas socioeconômicos são frutos da questão da natalidade e do darwinismo social como responsáveis pela miséria e depredação ambiental. No referente à **interpretação progressista distingue dois grupos**, os que concentram suas **críticas no paradigma ético da modernidade**, expondo que o desenvolvimento tecnológico, econômico e científico não levou a felicidade pretendida para todos, então a saída será a superação do antropocentrismo por uma visão biocêntrica – comprometida com vida da espécie na terra – os

“verdes” que participam do pensamento ecológico e se organizam em movimentos sociais e Organizações Não Governamentais - ONGs e os que defendem a **superação da sociedade do capital por uma sociedade de produtores associados**, estes são os herdeiros do pensamento de Marx, onde a problemática ambiental tem sua origem no contexto histórico de desenvolvimento do capital – *“domínio que o capital exerce sobre a natureza, convertendo-a em mercadoria e submetendo-a as necessidades de sua reprodução”* este grupo retrata as questões contraditórias entre o social, o econômico e o ambiental (*negritos meus*).

Relativo ao contexto histórico do movimento ambientalista a autora data de 1970 e 1980 do século XX que a questão ambiental ocupa lugar de importância nos países periféricos, devido a degradação ambiental ser visível e extensa em todo o planeta por causar ações predatórias, desenvolveu-se uma cultura ambientalista disseminada pelas agências internacionais e a necessidade de controle com práticas preservacionistas como algo indiscutível.

Ao iniciar uma exposição sobre o capitalismo do século XXI e as contradições sociais e ambientais, afirma o processo de acumulação financeira como forma de propriedade burguesa, em que os fundos de pensão e os fundos de aplicação financeira são expressões correntes, ancorado em novas tecnologias de base microeletrônica e novos modelos de gestão e consumo da força de trabalho para aumentar a extração de mais valia, utiliza o trabalho precário e a incorporação de mecanismos de remuneração na lógica do produtivismo. *Neste sentido, a financeirização da economia constitui uma das forças motrizes da desregulamentação do trabalho, assim como das privatizações das empresas estatais.* Ao citar Harvey (2004) sobre acumulação por espoliação ou acumulação por despossessão como uma recente forma de imperialismo, afirma o que Marx já dizia sobre características da acumulação primitiva presente no desenvolvimento do capitalismo do século XXI, como a mercantilização da terra, expulsão violenta do camponeses para as cidades; usufruto da propriedade privada; supressão das formas alternativas de produção e sua substituição pelo trabalho assalariado; ainda, novos mecanismos de acumulação como a ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da Organização Mundial do Comércio – OMC e a

biopirataria em benefícios das grandes corporações, assim como, a mercantilização das formas de exploração das culturas locais; a escalada destruição dos recursos naturais, com a “mercadificação” dos recursos ambientais globais como a água, o ar e o subsolo; privatizações dos bens públicos, como as universidades.

Em relação às contradições sociais do capitalismo no processo de acumulação por despossessão intensificado nos anos 1970, marcado pelo processo tecnológico e mobilidade geográfica do capital gerando as crises e maior instabilidade monetária, mercado globalizado e formação de novos blocos econômicos, apresenta dados sobre o endividamento dos países do sul e a redução das possibilidades de crescimento de suas economias, o que agrava e acentua a desigualdade estrutural entre as nações do centro e da periferia do sistema. Diante deste cenário que articulam os interesses das megacorporações transnacionais e o seu ataque as condições de vida dos segmentos mais pauperizados da população, reações estão postas por todo o mundo, através de movimentos de protestos, iniciativas locais em luta contra projetos específicos ou mais abrangentes, embora ainda não tenham encontrado uma unificação dos movimentos sociais internacionais de suas bandeiras lutas num programa anticapitalista. Sobre a “questão ambiental” se faz necessário um alerta para a humanidade, enquanto o capital ficar na ganância e voracidade do lucro ira se deparar com a escassez de algumas matérias-primas e os efeitos catastróficos da produção industrial, devido a imensurável produção de lixo e dejetos de toda ordem. O desenvolvimento científico e tecnológico são destinados a assegurar os mecanismos de apropriação da natureza e do trabalho alienado, ao revelar os níveis de esgotamento da natureza coloca-se em risco a existência de inúmeras espécies vivas do planeta e as condições materiais para a reprodução do sistema. A referida autora deixa o seguinte alerta para a humanidade do século XXI: *“A naturalização do homem e a “humanização da natureza” constituem a um só tempo uma necessidade e uma tarefa histórica”* atuais.

A autora no segundo capítulo realiza o contexto histórico das principais manifestações da questão ambiental e as alternativas adotadas para o seu enfrentamento pelos atores sociais envolvidos: Estado e sociedade civil. O uso

da ideia da sustentabilidade como ferramenta privilegiada pelo capital e o Estado no sentido de promover uma cultura ambientalista desde que se mantenham intocáveis os pressupostos da acumulação de capital. Neste sentido, ira discorrer sobre a destruição dos países capitalistas sobre o meio ambiente e o pagamento da conta pela população pobre, realiza um debate em torno das mudanças climáticas e suas repercussões sobre o futuro da humanidade, onde o reconhecimento da ação humana sobre o aquecimento global repercutiu mundialmente e provocou considerável desgaste das potências imperialistas, emissão de gases estufa na atmosfera, entre outros. Cita o documento “Um futuro de catástrofes? O impacto da mudança climática na infância”, publicado em 2007 que apontam sobre a seca e a diminuição de terras cultiváveis, sinaliza que o ecossistema do mundo não apresenta condições de sustentabilidade e se faz necessário reduzir gás carbônico até 2050 para que a atmosfera se estabilize juntamente com um necessário investimento global e financeiro para reverter as conseqüências do aquecimento global. São apontadas varias saídas para o enfrentamento da questão energética e do aquecimento global, a energia solar, eólica, maremotriz e as obtidas a partir de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), da biomassa e do próprio hidrogênio, como fontes renováveis com baixo custo ambiental. Aponta o que vários países produzem referente a oferta de agrocombustíveis que favorece a corrida pelo lucro, desconsiderando os impactos ambientais e sociais. A produção e destinação de resíduos sólidos (cerca de 730 milhões de toneladas de lixos por ano) evidencia os sinais de esgotamento do planeta de absorver os dejetos da produção humana que configuram uma espécie dramática da questão ambiental e refletem a tendência de reprodução da desigualdade como marca do imperialismo ecológico. Ao expor sobre os diversos países na produção de resíduos e diversos tipos de lixos categoriza o lixo tecnológico (leia-se metais, fios e placas do computadores) produzidos pelos Estados Unidos e Europa que em grande parte é remetido aos países asiáticos, a África vem se transformando em uma espécie de aterro sanitário do imperialismo. Lixo radioativo na Somália, lixo tóxico exportado do mundo e produzido por multinacionais européias afirmam o processo de degradação humana e a negação da

sustentabilidade social. Destaca que mesmo com a expansão da reciclagem, ainda será insuficiente para o enfrentamento da problemática ambiental.

Sobre os elementos naturais não mercantis como água e ar para o capital devem ser mercantilizadas e precisam ser privatizadas, trava-se um debate entre economia ambiental (defende que a única forma de gerenciar adequadamente os recursos naturais seria privatizando, reduzir os bens públicos) e a economia ecológica (revela que são insustentáveis as explicações dos economistas ambientais, porque defendem que o ecossistema não é apenas fonte de recursos para a atividade econômica, mas cumprem várias funções tanto para o ser humano quanto para todos os seres vivos que dele se utilizam). Todos os fatores acima e demais abordados no referido capítulo pela autora entrecruzam as variáveis ambientais e sociais, o que evidencia a complexidade da “questão ambiental” e seus determinantes políticos e sociais que integram as contradições do sociometabolismo do capital em sua fase madura.

Aborda temas como a administração da “questão ambiental” e os principais mecanismos de enfrentamento, no aspecto privado da gestão ambiental através de diversos segmentos da sociedade civil (empresariado, ONGs, Organizações ambientalistas e poder público) destaque para momentos anteriores, onde a questão ambiental era exclusiva função do Estado com o objetivo de impor limites e condições para o uso e a apropriação dos recursos naturais, agora passa a ser também uma dimensão das empresas com a mediação entre o processo produtivo e a adoção de práticas sustentáveis. Existem recomendações para que as empresas possam demonstrar o seu compromisso com a responsabilidade socioambiental e os ganhos necessários no mundo do capital. No referente a reciclagem dos resíduos sólidos - a cadeia de lixo é bem lucrativa no processo de produção global por obedecer as regras do mercado internacional, a reciclagem configura um ícone das práticas sustentáveis diante da incomensurável produção de lixo. No entanto, a sustentabilidade propalada pela indústria recicladora não leva em conta o trabalho do catador, embora a sua existência seja uma das condições para a expansão e o avanço tecnológico daquele ramo industrial.

A “questão ambiental” no processo de seus determinantes e suas possibilidades ambientais e sociais se manifesta um movimento dialético e contraditório, ora como estratégia de enfrentamento da produção destrutiva e do desperdício que lhe é próprio, ora como expressão das capacidades humanas universais de lidar com a natureza de forma mais racional, ainda que sejam mediadas pela lógica lucrativa e formas de reprodução capitalista.

A pesquisa científica e as inovações tecnológicas como estratégias de enfrentamento da “questão ambiental” se coloca de forma crucial, onde de um lado a biotecnologia pode trazer enormes benefícios a humanidade (combate a doenças, melhoramento da qualidade dos alimentos) por outro, se o seu uso for inadequado pode proporcionar danos irreparáveis ao meio ambiente e à saúde humana (a polêmica em torno dos transgênicos, da clonagem de seres vivos e de pesquisas com células-tronco) revela as potencialidades da referida área científica. Sob o mesmo prisma está a nanotecnologia (tecnologia da informação, medicina e saúde, produção e armazenagem de energia, produção de novos e mais resistentes materiais, de fármacos, entre outros) em contrapartida os riscos (criação de uma civilização robótica, entre outros) se faz necessário atentar para o princípio da precaução em torno dos danos para a humanidade e para o meio ambiente. A respeito da educação ambiental trata-se de um campo em disputas, através de duas vertentes ideopolíticas, uma educação instrumental (marcada por aspectos gestionários e comportamentais, com ausência de crítica) e outra emancipatória (participando dos processos de socialização humana e cumprindo uma função ideológica de tensionamento das bases da reprodução da “questão ambiental”). Desta forma, o desenvolvimento sustentável ganha centralidade na sociedade capitalista do século XXI configurando uma estratégia global do capital e o desenvolvimento de programas compensatórios perpassado pelo discurso do solidarismo, do respeito aos direitos humanos e da defesa do meio ambiente junto com a lógica da sustentabilidade social.

Para o serviço social brasileiro, a “questão ambiental” torna-se campo de intervenção seja como campo de pesquisa ou como atuação no âmbito de programas de responsabilidade socioambiental das empresas, conhecido como gestão ambiental no sentido de educação ambiental, onde se coloca a

preservação da natureza desde que não questione a produção destrutiva que o capital provoca no meio ambiente. A autora trata a atuação do serviço social na administração da “questão ambiental” a partir do projeto ético-político como ferramenta essencial para este pantanoso terreno, onde a dimensão técnico-operativa coloca as demandas institucionais e profissionais num desafio constante, tendo em vista as necessidades institucionais marcada pelo imediatismo e formalismo corre-se o risco da competência profissional se submeter a manutenção da qualidade dos serviços por meio da adoção de procedimentos formais, legais e burocráticos. No sentido teórico-metodológico, o serviço social no encaminhamento da direção crítica terá como norte uma leitura crítica da “questão ambiental” apropriando-se da sua condição histórica e natural, rompendo com a alienação do fosso entre o social e a natureza. Como dimensão ético-política sintonizadas com valores universalistas e emancipatórios sendo propositivo no exercício profissional, *“o Serviço Social passa a integrar o escopo de profissões interpeladas a oferecerem respostas ao agravamento da “questão ambiental”, a partir de uma forte mediação da educação ambiental,* neste sentido, o desafio posto a profissão significa indagar-se acerca dos determinantes dos processos sobre os quais esta sendo convocado a intervir, vinculando os fenômenos imbricados no agravamento da “questão ambiental” e da desigualdade social. Conforme presente no referido capítulo, a própria ONU alerta para questão da alta nos preços dos alimentos o que aprofunda a situação de pobreza dos continentes, onde a “crise dos alimentos” é considerado um “tsunami silencioso”. Posto para o Serviço Social a complexidade da “questão ambiental” requer um significativo empenho no sentido de identificar as particularidades geopolíticas, sociais e culturais que adensam suas múltiplas manifestações, em cada situação específica, como partes de uma totalidade: a destrutividade impulsionada pela anarquia da produção e as reações a esta, empreendidas pela sociedade.

A autora no terceiro capítulo aponta para a questão da (in)sustentabilidade do desenvolvimento sustentável, no decorrer do texto percebe-se a divisão em duas partes: O desenvolvimento sustentável e a institucionalização da “questão ambiental”: uma breve contextualização e o “Estado da arte” do debate sobre desenvolvimento sustentável, que se sub-divide em dois momentos:

Desenvolvimento sustentável rumo a uma conceituação, apresentando três sub-análises: A relação entre desenvolvimento e crescimento: meio ambiente e sustentabilidade econômica; a relação entre pobreza e meio ambiente: a sustentabilidade social em questão; e a sustentabilidade ambiental em foco: uma questão técnica? E finaliza com a análise do desenvolvimento sustentável: principais estratégias de implementação como uma questão que assume uma importância crescente nas discussões em torno da problemática do desenvolvimento e de suas alternativas frente ao crescimento econômico, visto que este não tem apresentado nenhuma proposta adequada a tal melhorias de vida da população. O agravamento da questão ambiental e sua imbricação com as refrações da questão social, tendo em vista todo o cenário da conjuntura da crise do capital, que iniciara em meados dos anos 70, indicando o aprofundamento do fosso entre os países do centro e da periferia, sendo este último responsável por produzir uma dinâmica crescente e continuada de aumento da desigualdade social. Por outro lado, o aumento da poluição do ar e da água, a destruição da camada de ozônio, o acúmulo de lixo, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, o avanço da desertificação, etc.

A autora exibe uma crítica contundente a particularidade do desenvolvimento sustentável na América latina, já que a sua particularidade de formação social e dos caminhos de superação de sua condição de subalternidade na divisão internacional do trabalho, essa preocupação com o meio ambiente apresenta pouca efetividade, pois ocorre uma polaridade do debate sobre desenvolvimento – continente regido pelos modelos autocrático-burgueses, que encontram-se em torno da relação entre crescimento econômico e desenvolvimento, ressalta a respeito do progresso material e da distribuição de renda, a relação entre países centrais e periféricos, o papel do estado e do mercado, as desigualdades regionais.

No decorrer das suas análises, a autora destacou a importância de se refletir a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável e a institucionalização da questão ambiental como expressão da tentativa de incorporar a problemática ambiental a agenda econômica e social, já que até meados dos anos 1990, o binômio pobreza e degradação ambiental esteve presente nos debates acerca da problemática ambiental configurando um

círculo vicioso, como uma visão hegemônica , segundo a qual os pobres são sujeitos e vítimas do processo de degradação ambiental, ainda destaca que na ausência de condições materiais para pensar o futuro e movidos pela sobrevivência imediata, utilizam mais intensamente os recursos naturais. Isto vem se agravando pelas altas taxas de natalidade entre os segmentos mais pauperizados da população, o que os torna agentes da degradação ambiental, explicando que, enquanto vítimas, a ausência de recursos materiais os obriga a migrar para áreas mais degradadas, intensificando ainda mais o quadro ambiental, dessa forma vem refletindo que a pobreza endêmica poderá ser fator de desencadeamento de catástrofes, muito embora apresenta no seu primeiro sub-capítulo a importância da institucionalização acerca desse desenvolvimento sustentável, destacando que em diversas conferências, fóruns e relatórios internacionais elegeram serem os ricos os principais agentes da degradação ambiental e os que mais consomem os recursos naturais, dada as características do modelo econômico burguês, por conta dessa análise a autora discute que o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido tratado a partir de uma visão tridimensional de desenvolvimento, na qual à eficiência econômica combinam-se requisitos de justiça social e prudência ecológica, assim menciona Sachs, 2007,p.22: "Os encaminhamentos políticos com vistas ao desenvolvimento sustentável deveriam envolver assim três dimensões:o cálculo econômico, os aspectos sociopolíticos e biofísicos". Faz alusão, no seu segundo sub-capítulo no Estado da arte do debate sobre o desenvolvimento sustentável o discurso do que esta sustentabilidade ganha ampla repercussão não só a partir dos organismos internacionais quanto nacionais, configurando uma efetiva ideologia, dessa forma apresenta uma preocupação com uma conceituação a respeito desse desenvolvimento específico, já que este aparece como esteio do desenvolvimento para o capital, distinto, à medida que é vinculado ao desenvolvimento social e econômico à proteção e melhoria do meio ambiente, pois o termo desenvolvimento, onde a autora, referencia Mézaros(2007), diz respeito às condições de reprodução do sistema capitalista, a sua lógica de acumulação, fundada no produtivismo, que responde pela progressiva exaustão dos recursos naturais, depredação dos ecossistemas e extinção de inúmeras espécies, aprofundando a desigualdade

social, posto que é regida pela concorrência entre capitalistas e pela competição entre os próprios trabalhadores, já o conceito de sustentabilidade é originário das ciências da vida, da biologia e da ecologia(Boff). Assim, o que a autora quer afirmar é que, esse conceito envolve contradições que precisam ser enfrentadas na dinâmica da sociedade em curso.

A relação entre desenvolvimento e crescimento: meio ambiente e sustentabilidade econômica também se expressa em meio a obra da autora como uma preocupação analítica, já que o peso das determinações econômicas na construção do desenvolvimento sustentável aparece sob forma de consenso quanto a importância do crescimento econômico como condição para efetivação do novo modelo de desenvolvimento, em meio as contradições capitalistas, que em momento nenhum nega seus desastres e ainda cria meios para sua superação, pois assim cita Marx, 1985 “A produção aparece como objetivo do homem e a riqueza como objetivo da produção”, e assim identifica que a concepção é parcial e fragmentada da questão ambiental, que por sua vez vem sendo tratada a partir do desenvolvimento de políticas compensatórias, sobretudo através dos programas de transferências de renda, retomando a discussão da relação entre pobreza e meio ambiente, que em meio aos debates das conferências ocorridas nos anos 90, houve uma revisão nesse pensamento hegemônico, a pobreza passa a não ser mais considerada a principal causa da degradação ambiental,mas deve ser enfrentada como meio para proteger o meio ambiente, daí a necessidade do Estado cumprir sua agenda de compromisso com a população na garantia de políticas públicas de infra-estrutura básica, de igual maneira também faz citação da necessidade do conjunto de políticas sociais como ferramentas importantes no debate do desenvolvimento.

Ao finalizar as reflexões, a autora apresenta algumas análises da sustentabilidade ambiental em foco:uma questão técnica? Diz respeito a preocupações internacionais e nacionais em fixar medidas, metas no enfrentamento das destruições do meio ambiente, constatando contradições, pois identifica alguns avanços, mas seguem pendentes grandes questões que afetam a reprodução da vida no planeta, as estratégias apontadas nos diversos documentos pesquisados para assegurar a implementação deste ideário

reforçam a dinâmica mercantil e o trato moralizante das problemáticas afetas a questão ambiental: utilização de instrumentos econômicos, a mudanças dos padrões de consumo e o pacto global reafirmam o caráter limitado das alternativas propostas para fazer face aos graves dilemas da humanidade na contemporaneidade.

Após todas as reflexões realizadas pela autora, traça suas considerações finais apresentando que o desenvolvimento sustentável, como expressão da tentativa de estabelecer mecanismos de controle da relação sociometabólica, via superação de limites físicos e ideopolíticos à sua reprodução, apresentá-se bastante restrito. A natureza técnica das respostas, ao não questionarem os fundamentos da dilapidação ambiental, reiteram a incapacidade de o sistema do capital reconhecer as fronteiras da sua expansão, sobretudo nos países periféricos e em desenvolvimento, como é o caso brasileiro, onde as propostas de garantias para um desenvolvimento sustentável ainda se encontra em agendas de governo adiadas frente ao ideário neoliberal.